



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES LICENCIADOS

Ex.mo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação
Professor Doutor Alexandre Ventura
Ministério da Educação, 5 de Outubro, Lisboa

Assunto: Parecer sobre o documento do ME “Acordo de Princípios para a Revisão da Carreira Docente e do Modelo de Avaliação...”, enviado a 28 de Dezembro de 2009.

A ASPL (ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES LICENCIADOS) vem por este meio informar Vossa Excelência de que não está disponível para aceitar o “Acordo de Princípios para a revisão do Estatuto da Carreira Docente e do Modelo de Avaliação do Desempenho dos Professores...”, **por este não corresponder às principais, necessárias e urgentes alterações que o estipulado no actual ECD requer**. A saber: **a eliminação das quotas na atribuição das menções de Muito Bom e de Excelente, na avaliação do desempenho docente, o fim de constrangimentos administrativo/financeiros para a progressão na carreira (vagas), a contagem de todo o tempo de serviço prestado no exercício da profissão docente e a eliminação da prova de ingresso na profissão docente!**

Já na última reunião havida com Vossa Excelência, no passado dia 23 de Dezembro, a ASPL apresentou uma derradeira proposta, na qual se disponibilizava a abdicar de todas as suas reivindicações apresentadas até ao momento, desde que o ME também aceitasse estes quatro princípios acima aludidos. Infelizmente, constatámos que da parte do Ministério a disponibilidade em ir ao encontro do que realmente preocupa e constrange os docentes na sua carreira é quase nula, pois se compararmos a actual proposta do ME com o que está em vigor, constataremos que as diferenças são quase inexistentes.

A proposta apresentada pelo ME “Acordo de Princípios...”, quer pela omissão de matérias, que só serão regulamentadas à *posteriori*, quer pelos erros e lacunas que contem, não serve, do nosso ponto de vista, para um consenso no seio da classe docente.

A ASPL prima por ser um Sindicato Independente, Apartidário, Construtivo e Solidário, comprometendo-se a fazermos ouvir a voz dos professores. A nossa maleabilidade e flexibilidade enquanto parceiros em mesa negocial tem sido bastante, o que, inclusivamente, já nos acarretou, sobretudo ao longo deste últimos anos, alguns prejuízos, mas não estaremos disponíveis para piorar a situação profissional daqueles que

representamos!

Efectivamente, é-nos de todo impossível permitir que estrangulamentos administrativos/financeiros estejam no ponto de partida quando não vislumbramos quase nada de positivo à chegada, sobretudo quando o que pretendemos é dignificar a pasta da educação e os principais intervenientes nesse processo, mormente os professores e os educadores.

Tal posição não significa que a ASPL não esteja sensível ao contexto sócio-económico que o país atravessa; bem pelo contrário, adiantámos já numa das rondas negociais que aceitaríamos um processo faseado na recuperação do tempo de serviço que não foi contabilizado, por exemplo; no entanto, não podemos assumir compromissos com o Ministério da Educação que por contingências orçamentais ou outras comprometa os principais objectivos que alicerçam a nossa fundação enquanto Associação Sindical de Professores: "a qualidade do ensino/educação e a dignificação da carreira e da profissão docentes, em Portugal".

Continuaremos, no entanto, disponíveis para negociar , no sentido de valorizar a Educação/Ensino e a docência, em Portugal; lamentamos por isso que a tutela persista em ser intransigente, não reconhecendo aquilo que os professores se recusam, justamente, a aceitar: as quotas na atribuição das menções de Muito Bom e de Excelente, as vagas para progressão ao 3º, 5º e 7º escalões da carreira, a não contagem de todo o tempo de serviço prestado no exercício da profissão docente e a prova de ingresso na profissão!

Atentamente.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2009

A Direcção Nacional da ASPL